

Rodobrás



**RECUPERAÇÃO** Realidade das estradas no país, retratada em pesquisa da CNT, motiva cobrança de Papaléo e Azeredo. Mas Ideli garante que Ministério dos Transportes terá mais recursos em 2005

## Senadores discutem situação das rodovias

Com base em pesquisa da Confederação Nacional do Transporte (CNT), o senador Papaléo Paes considerou "desesperadora" a situação das estradas no país. O resultado, advertiu, é o encarecimento dos custos de transportes, violência e muitos acidentes. A fim de enfrentar esse problema, o Ministério dos Transportes terá em seu orçamento, no próximo

ano, R\$ 3,5 bilhões para investir na "revitalização das rodovias", conforme anunciou a líder do PT, Ideli Salvatti. Outro instrumento com que o governo conta para recuperar estradas é a parceria público-privada. Mas o senador Eduardo Azeredo advertiu: a PPP não deve ser vista como única opção para garantir a retomada dos investimentos em infra-estrutura.

Página 7

### Jornal do Senado chega à edição 2.000 com novidade

Os grandes debates nacionais ocuparam as páginas do **Jornal do Senado** nas 2 mil edições que se completam hoje. Implantado em 1995, na primeira gestão de José Sarney como presidente do Senado, o jornal tem uma trajetória que se confunde com a própria política de abertura da Casa para a sociedade. O **Jornal do Senado** chega à edição 2.000 com uma novidade: circulou ontem pela primeira vez a Edição Semanal, com reportagens especiais e novas seções.

Página 3

### Conselho debate criação de agência oficial para o cinema

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso, aprovou ontem moção solicitando ao Ministério da Cultura que envie para análise o anteprojeto de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Convidado para discutir o assunto, o cineasta Noilton Nunes afirmou que o cinema não pretende brigar com a televisão, pois da colaboração entre eles depende o fortalecimento do audiovisual brasileiro. Mas ele citou números segundo os quais a televisão não apóia o cinema brasileiro.

Página 4

## Paim: estatuto derruba barreiras do preconceito

Acesso à educação e ao mercado de trabalho, segundo o senador, é regulamentado em proposta que vai "alforriar a nação negra"

Página 5



Anand Roca

**A** cartilha *A Mulher e as Leis: Perguntas e Respostas para o Brasil do Século XXI* foi autografada no sábado pela senadora Patrícia Saboya durante a 6ª Bienal Internacional do Livro, em Fortaleza. O governador Lúcio Alcântara compareceu ao evento (foto).

Página 4



**CUIDADOS** Governo vai privilegiar pequeno produtor e controlar mercado, afirma Sibá Machado

## Sibá: biodiesel não repetirá erros do Proálcool

Em entrevista à Rádio Senado, o senador Sibá Machado (PT-AC) definiu o biodiesel como uma tecnologia de grandes vantagens ambientais e econômicas. Para o parlamentar, privilegiando o pequeno produtor e controlando o aspecto mercadológico do novo combustível, o governo vai evitar os erros do Proálcool.

Produzido principalmente a partir de plantas oleaginosas como o dendê e o buriti, o biodiesel pode ser adicionado ao diesel convencional à base de 3%. Esse percentual subirá a 5% em três anos e a 20% daqui a vinte anos. O senador explicou que esse crescimento paulatino evitará uma "corrida maluca", prejudicial ao meio ambiente e aos produtores.

Sibá informou que o governo deverá restringir a participação do grande produtor nesse momento. Ao contrário do que ocorreu com o Proálcool, analisou, o biodiesel não ficará à mercê das flutuações de preços. Uma das causas de desabastecimento de álcool no passado foi a opção dos grandes produtores pela fabricação de açúcar nos momentos de alta do preço dessa commodity no mercado mundial.

# Defasagem de preço gera prejuízo à Petrobras, alerta Arthur Virgílio

■ Senador aponta queda na produção da estatal e elevação de gastos com a importação de petróleo

Depois de solicitar informações sobre problemas da Petrobras pela defasagem dos preços dos combustíveis no Brasil, em relação ao mercado internacional, o senador Arthur Virgílio (PSDB-AM) voltou a alertar para prejuízos da estatal, caso não haja reajuste dos valores.

Virgílio apresentou dados publicados pelo *Jornal do Brasil*, com base em estudo da



**PREOCUPAÇÃO** Dados apresentados por Arthur Virgílio indicam recuo nos rendimentos da estatal

consultoria Global Invest, mostrando que a Petrobras deixou de lucrar R\$ 555 milhões, somente no último trimestre. A situação, segundo o jornal,

torna-se ainda mais grave com o aumento da importação de petróleo pela estatal, devido a manutenções realizadas em plataformas.

A recuperação da economia, observou o senador, vem sendo registrada por diversas empresas, mas a Petrobras obteve este ano margem líquida de 17% inferior à do primeiro semestre do ano passado.

– Na prática, o que ocorre é que a empresa paga muito pelo petróleo que compra do exterior, mas cobra preços inferiores aos do mercado e amarga queda de 3,4% na produção entre o segundo trimestre e igual período do ano passado – afirmou Arthur Virgílio, referindo-

se às informações veiculadas no *Jornal do Brasil*, na edição do dia 24 de agosto.

### Inflação

A Global Invest projeta que, se a defasagem for repassada aos preços, o impacto sobre o Índice de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA), usado como referência para as metas de inflação, aumentaria 1,2% e ficaria acima dos objetivos para 2004.

– Gostaria que o assunto ficasse registrado nos Anais do Senado para que o historiador de amanhã possa aferir a condução da economia durante o governo petista do presidente Luiz Inácio Lula da Silva – disse o senador.

## Jucá elogia profissionalismo do Senar

A partir de dados do relatório das atividades do Serviço Nacional de Aprendizagem Rural (Senar) em 2003, o senador Romero Jucá (PMDB-RR) afirmou que a entidade vem desenvolvendo há 12 anos um excelente trabalho de formação profissional rural. Jucá afirmou que, simultaneamente ao processo de fortalecimento da produção rural, observa-se um crescimento da importância dada pelas organizações ao capital humano. Esse fenômeno, acrescentou ele, incrementou a procura por profissionais capazes de processar informações no contexto organizacional, tornando-os aptos à tomada de decisões.

O senador informou ainda que, em 2003, as áreas ocupacionais mais trabalhadas pelo Senar foram pecuária, transformação primária de produtos de origem agrossilvopastoril, mecanização agrícola e culturas semiperenes e perenes.



**ACERTO** Trabalho da entidade no campo já tem experiência de 12 anos, ressalta Jucá

## Agenda

### Plenário do Senado realiza sessão às 14h30

A sessão plenária de hoje tem início previsto para as 14h30 e, como as do restante da semana, será não deliberativa. Sem a votação de projetos, será destinada a discursos dos parlamentares e a comunicados da Mesa diretora. As atividades no Plenário e nas comissões são transmitidas ao vivo pela Rádio Senado e pela TV Senado.



### Mantega entrega Orçamento de 2005

O ministro do Planejamento, Guido Mantega, tem audiência com o presidente do Senado, José Sarney, às 11h30, quando deverá entregar o Orçamento da União para 2005. Às 13h15, Sarney participa de almoço em homenagem ao presidente de Moçambique, Joaquim Chissano, oferecido pelo presidente da República e, às 20h, de jantar também oferecido ao presidente africano pelo embaixador Amadeu Paulo da Conceição.

### Gratificação a professores

Amanhã, às 14h30, pode ser instalada comissão mista para analisar a medida provisória (MP 208/04) que reajusta a Gratificação de Estímulo à Docência (GED), paga aos professores universitários.

### Era Vargas em debate

Amanhã e quinta-feira, às 14h30, será realizado o ciclo de debates Vargas e o Desenvolvimento Brasileiro, no Interlegis, promovido pela Secretaria de Informação e Documentação do Senado.

Agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na Internet, no endereço [www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp](http://www.senado.gov.br/agencia/agenda/agenda.asp)

## JORNAL DO SENADO

www.senado.gov.br  
E-mail: [jornal@senado.gov.br](mailto:jornal@senado.gov.br)  
Tel.: 0800-612211 - Fax: (61) 311-3137

Endereço: Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF CEP 70165-920

### MESA DO SENADO FEDERAL

**Presidente:** José Sarney  
**1º Vice-Presidente:** Paulo Paim  
**2º Vice-Presidente:** Eduardo Siqueira Campos  
**1º Secretário:** Romeu Tuma  
**2º Secretário:** Alberto Silva  
**3º Secretário:** Heráclito Fortes  
**4º Secretário:** Sérgio Zambiasi  
**Suplentes de Secretário:** João Alberto Souza, Serys Silhessarenko, Geraldo Mesquita Júnior, Marcelo Crivella

**Diretor-Geral do Senado:** Agaciel da Silva Maia  
**Secretário-Geral da Mesa:** Raimundo Carreiro Silva  
**Diretor da Secretaria de Comunicação Social:** Armando S. Rollemberg  
**Diretor-adjunto da Secretaria de Comunicação Social:** Helival Rios  
**Diretora do Jornal do Senado:** Maria da Conceição Lima Alves (61) 311-3333  
**Editores:** Djalba Lima, Edson de Almeida, Eduardo Leão, Iara Altafin e José do Carmo Andrade  
**Especial Cidadania:** Treici Schwengber (61) 311-1620  
**Diagramação:** Iracema F. da Silva, Osmar Miranda, Sergio Luiz Gomes da Silva e Wesley Bezerra  
**Revisão:** Eny Junia Carvalho, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Rita Avellino  
**Tratamento de imagem:** Edmilson Figueiredo  
**Arte:** Bruno Bazílio e Cirilo Quartim  
**Arquivo fotográfico:** Elida Costa (61) 311-3332  
**Circulação e atendimento ao leitor:** John Kennedy Gurgel (61) 311-3333  
**Agência Senado**  
**Diretor:** Antonio Caraballo (61) 311-3327  
**Chefia de reportagem:** Valéria Ribeiro e Valter Gonçalves Júnior (61) 311-1670  
**Edição:** Helena Daltro Pontual (61) 311-1151 e Marco Antonio Reis (61) 311-1667

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Subsecretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

Impresso pela Secretaria Especial de Editoração e Publicações



**COBRANÇA** Para Antero Barros, proposta do governo federal visa cercear liberdade de imprensa

## Antero protesta contra criação do Conselho de Jornalismo

O senador Antero Paes de Barros (PSDB-MT) criticou a proposta de criação do Conselho Federal de Jornalismo (CFJ), lembrando que o artigo 220 da Constituição estabelece que “nenhuma lei conterà dispositivo que possa constituir embaraço à plena liberdade de informação jornalística em qualquer veículo de comunicação”.

Segundo ele, as matérias publicadas na imprensa nos últimos dias mostram que a proposta do governo é autoritária, visando unicamente cercear a liberdade de imprensa e impor controle e censura aos veículos de comunicação.

Antero disse que a proposta do Executivo prevê que o conselho terá poderes para “orientar, disciplinar e fiscalizar” o exercício da profissão e a atividade jornalística com direito, inclusive, de punir os jornalistas.

Entre as matérias jornalísticas que selecionou para pedir inclusão nos Anais do Senado, está a entrevista do presidente da Associação Brasileira de Imprensa (ABI), Maurício Azêdo, dizendo temer que a criação do CFJ represente uma violação da ordem democrática definida na Constituição. Já para o vice-presidente da ABI, Milton Temer, a fiscalização do jornalismo já é feita pelas comissões de ética da Associação Brasileira de Imprensa, da Federação Nacional dos Jornalistas e dos sindicatos.

Antero selecionou ainda entrevista do promotor e professor de Direito Constitucional Vidal Serrano Nunes Júnior afirmando ser a profissão do jornalista uma atividade diferenciada, que não pode ser comparada a outras profissões com conselhos próprios.

# Jornal do Senado chega à edição 2.000 e traz novidade para o leitor

Primeiro dos novos órgãos de comunicação da Casa inaugura edição semanal

Por 2 mil vezes, ele serviu de importante canal de comunicação entre o Senado Federal e a sociedade. Por 2 mil vezes, foi o veículo responsável pela divulgação junto aos brasileiros das leis e das idéias de seus senadores. Ao longo de mais de nove anos de circulação nacional e de 2 mil edições, que o **Jornal do Senado** completa hoje, os maiores debates nacionais ocuparam as suas páginas.

Primeiro dos órgãos de divulgação do Senado implantados na década de 90, antecessor da Agência Senado de Notícias (1996), TV Senado (1996) e Rádio Senado (1997), o jornal completa esse marco editorial com boas novidades. Ontem, circulou pela primeira vez a Edição Semanal, com um formato diferenciado, reportagens especiais e novas seções para manter os mais de 250 mil leitores ainda mais bem informados.

A trajetória do **Jornal do Senado** se confunde com a própria política de abertura para a sociedade implementada pela Casa há cerca de dez anos. Foi durante a primeira gestão do senador José Sarney como presidente que os veículos de divulgação do trabalho legislativo foram sendo implantados. Era preciso mudar a imagem do Congresso e o advento do



**TRAJETÓRIA** Em nove anos, desde a primeira edição em formato A4 (foto menor), *Jornal do Senado* espelha a atividade legislativa

**Jornal do Senado** foi um dos primeiros passos no caminho de assegurar ao cidadão brasileiro a chance de conhecer o trabalho dos parlamentares.

Inicialmente em formato A4, a primeira edição do **Jornal do Senado** circulou no dia 4 de maio de 1995, com apenas quatro páginas, ainda em preto-e-branco. “Esquenta debate sobre educação”, dizia a sua manchete, referindo-se às discussões sobre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) que ocorriam nas comissões.



A chegada do novo veículo imediatamente passou a fazer parte do cotidiano dos senadores e dos jornalistas que fazem

a cobertura diária da Casa. O **Jornal do Senado** servia de referência e de pauta, fornecia a agenda dos principais acontecimentos e registrava, com isenção e equilíbrio, o trabalho legislativo nas comissões e no Plenário.

Em menos de um ano, o número de páginas dobrara (8) e, em janeiro de 1997, entrava em operação o serviço de atendimento aos leitores, pelo número 0800 612211. Pedidos de assinaturas, reclamações, sugestões e mensagens aos senadores são, até hoje, recebidos nesse serviço que estreita as ligações do povo com seus representantes.

## Manchetes refletem fortalecimento da democracia

O fortalecimento das instituições democráticas e do papel do Poder Legislativo na vida nacional se refletiu nas manchetes do **Jornal do Senado**. “Senadores buscam modelo justo para a Previdência”, anunciava a capa de 23 de junho de 1997, quando se adotou um formato novo, o tablóide. O veículo passava a contar com espaço e características mais próximas de um verdadeiro jornal, sendo distribuído para dezenas de milhares de assinantes em praticamente todos os municípios brasileiros.

Mudar para melhor tem sido

a tônica do **Jornal do Senado**. Em agosto de 1998, novo projeto gráfico introduziu o uso de infografias e apresentou um veículo mais moderno e ágil. Dois meses depois, já estava disponível na página do Senado na Internet a versão eletrônica do jornal. Assim, ao comemorar as primeiras mil edições, em dezembro de 1999, o **Jornal do Senado** estava amadurecido e consolidado como fonte de informação legislativa.

Vieram as cores, em maio de 2003, juntamente com mais um novo projeto gráfico e a perspectiva de lançar edições espe-

ciais, como a do centenário de Euclides da Cunha (8/09/2003), dos 15 anos da Constituição brasileira (8/10/2003) e dos 180 anos do Congresso Nacional (13/11/2003). Em dezembro passado, as diretorias de Comunicação Social do Senado e da Câmara se juntaram para lançar a *Revista do Congresso*, edição que trouxe aos leitores o balanço completo de um dos mais produtivos e polêmicos anos legislativos da história republicana brasileira, com as aprovações das reformas previdenciária e tributária, entre outros temas trazidos ao debate

pelo novo governo empossado em 1º de janeiro.

O **Jornal do Senado** publica diariamente, a partir dos textos produzidos pela Agência Senado, um panorama das atividades da Casa. Para isso, conta com o trabalho da Secretaria Especial de Editoração e Publicações (Gráfica do Senado), que recebe as edições por volta da meia-noite. O trabalho na gráfica se estende até as 4h, quando são impressos 40 mil exemplares. Desses, 33 mil são distribuídos pelo Correio, para todo o Brasil. O restante é entregue no Distrito Federal.

Gerardo Magela



DISCUSSÃO Conselho de Comunicação Social ouve críticas à predominância de filmes estrangeiros nas TVs

## Conselho antecipa debate sobre criação da Ancinav

■ Colegiado só emitirá posição oficial quando receber anteprojeto do Executivo que propõe criação da agência

O Conselho de Comunicação Social, órgão auxiliar do Congresso Nacional, reuniu-se ontem para debater a possibilidade de criação da Agência Nacional do Cinema e do Audiovisual (Ancinav). Na verdade, o órgão já antecipou a discussão, uma vez que o projeto ainda não foi enviado ao Congresso. Os conselheiros aprovaram moção solicitando que o Ministério da Cultura envie o anteprojeto para análise. Só então será emitida posição oficial sobre assunto.

O presidente do colegiado,

José Paulo Cavalcanti Filho, lembrou que uma primeira versão do texto vazou para a imprensa e teve seu conteúdo negado pelo governo. Desse modo, argumentou ele, o mais acertado é o órgão se pronunciar apenas sobre o texto enviado oficialmente pelo Executivo. Cabe ao conselho elaborar pareceres sobre questões relacionadas à comunicação social.

Nos debates de ontem, o cineasta Noilton Nunes, convidado a discutir o assunto, ressaltou que o cinema não pretende brigar com a televisão, pois da colaboração entre eles depende o fortalecimento do audiovisual brasileiro. No entanto, ele citou dados segundo os quais as televisões não apóiam o cinema nacional. Durante o ano de 2003, disse, o Sistema Brasileiro de Televisão (SBT) exibiu cerca

de 300 filmes, “e nenhum deles era brasileiro”.

Noilton Nunes reprovou “o descabimento que representa a exibição dos filmes americanos pela manhã, tarde, noite e madrugada na televisão brasileira”, acrescentando que “boa parte desses filmes é financiada pela indústria bélica”. Ele lembrou que a China aprovou a decisão de suspender por seis meses a importação do audiovisual norte-americano.

– Devemos olhar para lá e ver o que eles estão fazendo – sugeriu o cineasta.

O representante da sociedade civil e presidente da Associação Internacional de Televisões Educativas e Culturais, Jorge Cunha Lima, defendeu uma maior participação das emissoras na divulgação da identidade cultural brasileira.

## Patrícia autografa cartilha na Bienal do Livro

A senadora Patrícia Saboya (PPS-CE) autografa na noite de sábado, durante a 6ª Bienal Internacional do Livro do Ceará, a cartilha *A Mulher e as Leis: Perguntas e Respostas para o Brasil do Século XXI*. A publicação, organizada pela Comissão Temporária Interna “Ano da Mulher/2004”, do Senado Federal, tem como objetivo informar as mulheres sobre seus direitos específicos, como licença-maternidade, planejamento familiar, direito às integridades física e emocional, entre outros. As informações estão agrupadas em quatro grandes temas: trabalho, família, integridade física

e emocional e cidadania.

– Essa cartilha é um instrumento muito interessante, sobretudo por sua linguagem acessível a qualquer pessoa. As várias leis que tratam dos direitos das mulheres são apresentadas em um formato de fácil entendimento. Assuntos importantes são abordados, como a questão dos benefícios específicos para a maternidade da mulher trabalhadora, os direitos e deveres das mulheres no casamento, explicações sobre o crime de abandono de recém-nascido e também a violência física praticada contra as mulheres – afirmou Patrícia.

Uma das informações con-

tidas na cartilha orienta os procedimentos a serem tomados por uma mulher vítima de ameaça. Nesse caso, o conselho é que a vítima saia de perto do seu ameaçador e procure pessoas conhecidas. A cartilha também acrescenta que a mulher deve ir à delegacia, de preferência à Delegacia Especializada de Atendimento à Mulher (Deam), para relatar o ocorrido, indicar testemunhas e solicitar o preenchimento de boletim de ocorrência.

O governador do Ceará, Lúcio Alcântara, e a primeira-dama do estado, a poetisa Beatriz Rosário Alcântara, também estiveram presentes ao evento.

## Mudanças dão à mulher condições de igualdade

Várias alterações no Código Penal (Decreto-Lei 2.848/40) para atualizar as infrações praticadas por mulheres ou contra o sexo feminino estão contidas em relatório da senadora Serys Slhessarenko a projeto (PLC 103/03) da deputada Iara Bernardi (PT-SP), que está pronto para deliberação na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Esse é um dos projetos em tramitação na Casa que visam estabelecer condições de igualdade de inserção da mulher na sociedade.

Na matéria, propõe-se, por exemplo, a retirada do qualificativo “honesta” que acompanha o substantivo “mulher”, nos tipos penais de três artigos do código. Serys observa em seu relatório que o Comitê sobre a Eliminação da Discriminação contra a Mulher (Comitê Cedaw), em documento com recomendações ao governo brasileiro, expressa preocupação com o fato de o Código Penal ainda conter vários dispositivos que discriminam as mulheres, como os artigos 215, 216 e 219, que requerem que a vítima seja uma “mulher honesta” para poder processar o agressor.

A senadora explica que buscou em seu substitutivo a remodelação dos crimes contra a liberdade sexual, incorporando novas formas de ofensa sexual, e a revogação de institutos considerados anacrônicos, como os crimes de sedução e de adultério, que deixaram de ser aplicados pelos tribunais.

Na Comissão de Justiça, encontra-se pronto para ser votado substitutivo do senador Demostenes Torres (PFL-GO) a projeto (PLS 280/03) da senadora Lúcia Vânia (PSDB-GO) que visa introduzir o tráfico internacional de mulheres e crianças na legislação que trata dos crimes de lavagem ou ocultação de bens (Lei 9.613/98). Em seu texto substitutivo, Demostenes amplia a proposta



PRECONCEITOS Serys: Código Penal ainda contém dispositivos discriminatórios

para abranger o tráfico de todas as pessoas.

Outro substitutivo de Demostenes Torres a projeto (PLS 399/03) do senador Valmir Amaral (PMDB-DF) está em condições de votação na CCJ. O texto cria no Código Penal a figura do homicídio qualificado decorrente de violência praticada com abuso das relações domésticas.

A Comissão de Educação (CE) aprovou na semana passada substitutivo apresentado pela relatora, senadora Fátima Cleide (PT-RO), a projeto da Câmara dos Deputados (PLC 23/04) para que a questão da violência contra a mulher seja abordada nos currículos do ensino fundamental e médio, juntamente com uma relação de outros assuntos que devem compor, segundo proposta da senadora, os chamados “temas transversais”, que não constituem uma disciplina específica no quadro curricular, mas são discutidos em matérias diferentes.

E na pauta do Plenário, texto substitutivo a projeto da Câmara (PLC 102/02) visa contribuir para o tratamento igualitário entre homens e mulheres por meio da chamada “linguagem inclusiva”. Pelo substitutivo de Serys Slhessarenko, torna-se obrigatória a referência à mulher todas as vezes que o substantivo “homem” for empregado para designar ambos os sexos.



Roosevelt Pinheiro



## Aldo Rebelo abre seminário sobre Vargas no Interlegis

O papel exercido pelo ex-presidente Getúlio Vargas sobre a economia nacional será o tema de um seminário de dois dias que começa amanhã no auditório do Interlegis. Foram convidados para a abertura dos trabalhos, às 14h30, o ministro-chefe da Secretaria de Coordenação Política, Aldo Rebelo, e o presidente do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES), Carlos Lessa.

O seminário Vargas e o Desenvolvimento Nacional Brasileiro foi organizado pelo BNDES, em parceria com o Senado Federal e o Laboratório de Estudos do Tempo Presente da Universidade Federal do Rio de Janeiro (UFRJ). O seminário integra o Ciclo de Conferências 2004 da Secretaria de Informação e Documentação do Senado Federal.

No primeiro dia do evento, o deputado Roberto Jefferson (PTB-RJ) apresentará, às 15h30, a conferência da professora Maria Helena Capelatto, da Universidade de São Paulo (USP), intitulada "A Presença de Getúlio Vargas na História Republicana".

Ainda amanhã, a partir das 16h30, haverá mesa-redonda sobre o "Significado de Vargas para a Sociedade e o Estado no

Brasil". O debate terá a participação do deputado Arlindo Chinaglia (PT-SP), como moderador, e dos professores Jorge Ferreira, da Universidade Federal Fluminense (UFF), Francisco Carlos Palomanes Martinho, da Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), e Eli Lima e Paulo Vizentini, ambos da Universidade Federal do Rio Grande do Sul (UFRGS).

Na quinta-feira (2), após a abertura dos trabalhos pelo vice-presidente do BNDES, Darc Costa, haverá mesa-redonda sobre "Getúlio Vargas e o Imaginário Político Republicano". O moderador será o senador Renan Calheiros (PMDB-AL). Debaterão o tema os professores Santuza Cambraia Naves, da Universidade Cândido Mendes (Ucam), Piedade Epstein Grinberg, da Pontifícia Universidade Católica (PUC) do Rio de Janeiro, e Francisco Carlos Teixeira da Silva, da UFRJ.

O seminário será finalizado com uma conferência do professor Wanderley Guilherme dos Santos, do Instituto Universitário de Pesquisas do Rio de Janeiro (IUPERJ), sobre "O Significado da Era Vargas". O apresentador será o deputado Armando Monteiro (PTB-PE).

# Igualdade racial requer urgência, defende Paim

■ Segundo o senador, estatuto vai garantir aos remanescentes dos quilombos a propriedade das terras

Ao defender a necessidade urgente da aprovação do Estatuto da Igualdade Racial, o senador Paulo Paim (PT-RS) disse que a sociedade brasileira tem dado inequívocas demonstrações de que anseia pelas mudanças previstas nessa proposta, que assegura uma cidadania igualitária a todos os brasileiros.

O senador explicou que a discriminação racial é inculcada na infância, quando se estabelece por meio de verdades prontas e de conceitos estereotipados, coerentes com uma ótica de dominação por



**PRECONCEITO** Paim destaca que discriminação se dá na infância, por meio de "verdades prontas"

parte daqueles que querem garantir seus privilégios. Segundo o parlamentar, é assim que se acaba criando na sociedade uma forma mesquinha de lidar uns com os outros.

Para Paim, o estatuto representará um forte instrumento de combate a todas as formas

de preconceito racial, por garantir direitos fundamentais à população afro-brasileira, tais como acesso à educação e ao mercado de trabalho. O Estatuto da Igualdade Racial, continuou o senador, vai ainda assegurar, aos remanescentes dos quilombos, a propriedade definitiva das terras que ocupavam no tempo da escravidão. O projeto também quer acabar com a discriminação na fixação dos salários.

– Trata-se de uma proposta ampla, que quer derrubar as barreiras discriminatórias, buscando, definitivamente, alforriar a nação negra – destacou.

Paim conclamou senadores e deputados federais a lutarem pela aprovação do estatuto, e afirmou ainda que, para os negros, ele será uma verdadeira carta de alforria.

## Senador pede maior participação dos negros na divulgação da cultura

O senador Paulo Paim voltou a denunciar a exclusão dos artistas e produtores negros em todo o país. Para ele, ainda é muito reduzida a participação dos afro-brasileiros nos recursos orçamentários disponíveis para a área cultural, o que vem prejudicando, conforme observou, a própria herança cultural da raça negra.

– Precisamos de mais filmes, mais peças, mais anúncios que não só abordem a temática racial, mas que dêem oportunidade aos talentos e vocações negras – disse Paulo Paim, para quem o atual quadro somente irá melhorar com a aprovação, pelo Congresso Nacional, do Estatuto da Igualdade Racial, que, entre outras medidas, va-

loriza a cultura negra.

Paulo Paim destacou ainda um outro ponto no estatuto que considera vital: as peças publicitárias destinadas à veiculação nas emissoras de televisão e em salas de cinema deverão apresentar imagens de pessoas afro-brasileiras numa proporção não inferior a 20% do número total de atores e figurantes.

O senador disse que a questão não se resume apenas à veiculação da imagem do negro. Para ele, os negros querem que os serviços de consultoria, a produção e a realização de qualquer tipo de obra cultural sejam também momentos para a prática de iguais oportunidades de emprego.



**SOFRIMENTO** Para Augusto Botelho, pessoa que cuida de parente enfermo também contrai doenças

## Quem cuida de deficiente pode ser incluído no Bolsa-Família

Projeto (PLS 246/04) do senador Augusto Botelho (PDT-RR) altera a Lei 10.836/04 para incluir a pessoa que cuida de portador de deficiência ou de doença incapacitante no programa Bolsa-Família. O Bolsa-Família é destinado a unidades familiares que estejam em situação de pobreza e que tenham em sua composição gestantes,

crianças entre 0 e 12 anos e adolescentes até 15 anos.

Na justificativa do projeto, Augusto informa que pesquisas publicadas recentemente concluíram que pessoa que cuida de parente enfermo é submetida a tal grau de esforço e de tensão que se torna predisposta a contrair variados tipos de doenças, como depressão,

baixa resistência do sistema imunológico e pressão alta.

A proposta "objetiva contribuir para minorar as consequências das tarefas a que se devotam as pessoas que cuidam de familiares enfermos nas condições mencionadas", tratando apenas das famílias mais pobres, nas quais são mais adversas as condições de vida e

de assistência aos portadores de deficiência e de doenças incapacitantes.

O projeto determina que o aumento de despesa decorrente da lei será compensado pela margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado explicitada na Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO).

*I Ciclo de Palestras*

# O Parlamento Brasileiro: passado, presente e futuro

## *Informação de qualidade sobre o Poder Legislativo*

O Senado Federal e a Câmara dos Deputados estão realizando um ciclo de palestras, por videoconferência, para todo o Brasil. Você, que é jornalista e atua na cobertura política ou é estudante de Jornalismo, Ciência Política ou História, tem a chance de adquirir mais conhecimento sobre o Poder Legislativo e sua importância para a consolidação da democracia brasileira. As palestras serão ministradas por consultores do Senado Federal e da Câmara dos Deputados, além de outros convidados. Ao final, os participantes receberão certificado do Instituto Legislativo Brasileiro.

Data: de 13 a 17 de setembro de 2004

Local: em Brasília - Senado Federal (Interlegis)

Nos estados - Assembléias legislativas

### Informações e inscrições:

Senado Federal: 0800 612211 e [www.senado.gov.br](http://www.senado.gov.br)

Câmara dos Deputados: 0800 619619 e [www.camara.gov.br](http://www.camara.gov.br)

SENADO  
FEDERAL



CÂMARA DOS  
DEPUTADOS



# Azeredo propõe alternativa para investimento em infra-estrutura

■ Para o senador, o governo poderia utilizar arrecadação da Cide, que já atingiu a casa dos R\$ 8 bilhões

A regulamentação das parcerias público-privadas (PPPs) – prevista em projeto que tramita atualmente no Senado – não deve ser vista, na opinião do senador Eduardo Azeredo (PSDB-MG), como a única alternativa para garantir a retomada dos investimentos na infra-estrutura do país. Uma outra possibilidade, mencionou, seria a utilização dos R\$ 8 bilhões de arrecadação neste ano da Contribuição de Intervenção no Domínio Econômico (Cide).

– Enquanto esses recursos do



**RELEVÂNCIA** Azeredo diz que PPPs são importantes, mas não podem ser vistas como "varinha de condão"

contribuinte mofam no Tesouro, as estradas, que deveriam receber o dinheiro da Cide, permanecem esburacadas e malconservadas, matando brasileiros e causando inúmeros prejuízos aos estados e municípios – alertou.

Para o senador, o estabelecimento das PPPs é relevante para o país, desde que sejam feitas "modificações essenciais" na proposta. A seu ver, devem ser discutidos com cuidado os possíveis efeitos da aprovação da proposta sobre a Lei de Licitações e a Lei de Responsabilidade Fiscal. Além disso, observou, deveria ser promovida uma ampla avaliação sobre a ética do relacionamento entre o poder público e a iniciativa privada.

Azeredo disse concordar com o deputado Armando Monteiro (PTB-PE), que também é presidente da Confederação Nacional da Indústria (CNI), para quem a falta de investimentos pode provocar "uma limitação física ao processo de crescimento".

Ele recordou, porém, que

as PPPs não podem ser vistas como uma "varinha de condão" para solucionar as graves deficiências na infra-estrutura do país.

– A PPP é uma matéria relevante, sim, mas não tem a dramática urgência que o governo quer impor-lhe. A menos que seja a toque de outra caixa, para fazer um paralelo com o qual não pretendo, em absoluto, reabrir a polêmica que levou o senador Tasso Jereissati ao absurdo de ser interpelado pelo PT no Supremo Tribunal Federal – afirmou.

Azeredo registrou a publicação pelo jornal O Globo do artigo "O Poder dos Procuradores", de autoria da jornalista Tereza Cruvinel, que destaca a relação entre o PT e o setor do Ministério Público que, a seu ver, "milita no denunciamento".



**PROJETO** Tourinho propõe mudanças na legislação para assegurar gratuidade de serviços

## Tourinho critica uso do 0300 por empresas e governo

O senador Rodolpho Tourinho (PFL-BA) considera prática abusiva o que diversas empresas e alguns órgãos públicos vêm fazendo, ao substituir os serviços gratuitos de atendimento ao consumidor por telefone 0800 por serviços cobrados usando o número 0300. Ele apresentou projeto de lei (219/04) modificando o Código de Defesa do Consumidor, de forma a assegurar a gratuidade da prestação de informações sobre produtos e serviços fornecidos.

– O ônus da informação é do fornecedor. Ao cobrar por uma ligação telefônica para serviço de atendimento, a empresa está desrespeitando o direito do consumidor às informações necessárias ao uso do produto, transferindo uma responsabilidade que de fato é dela – disse.

Rodolpho Tourinho considera irônico que, "se não bastasse a sufocante carga de impostos que assalta o nosso bolso, ainda temos que pagar para saber se a restituição do Imposto de Renda foi liberada".

O parlamentar baiano informou ter apresentado uma outra proposta visando a proteção do consumidor. A norma estipula multa no caso de descumprimento pelo fornecedor da data fixada para o cumprimento de suas obrigações.

– Tavez o sinal mais claro que uma nação possa dar do seu desenvolvimento socioeconômico e do grau de cidadania que proporciona ao povo seja a proteção ao consumidor. Não é mera coincidência que as grandes potências do mundo moderno sejam as que melhor protegem e asseguram uma boa e justa relação de consumo mediante regramento sólido e seu implacável cumprimento – afirmou Tourinho.



**DESPERDÍCIO** Papaléo afirma que situação das rodovias provoca prejuízos de milhões de reais às transportadoras

## Papaléo: situação das estradas é desesperadora

O senador Papaléo Paes (PMDB-AP) fez apelo para que o programa de recuperação de estradas, anunciado pelo governo federal, não passe de uma simples promessa vazia. A condição das estradas do país é desesperadora, disse Papaléo. O senador argumentou que o país desperdiça milhões de reais anualmente devido aos danos aos veículos e cargas, ao perecimento de produtos agrícolas e ao roubo de mercadorias transportadas.

– É necessário que o governo aja com presteza e se dedique a implementar efetivamente o programa que, só agora, anuncia – afirmou o senador.

A Confederação Nacional do Transporte (CNT), informou ele, realizou pesquisa em 2003, após percorrer 57

mil quilômetros de rodovias federais e estaduais, selecionadas em razão do movimento e importância econômica, tendo verificado que 58,5% da extensão percorrida estavam em condições péssimas, ruins ou deficientes de pavimentação. Constatou também que 77,6% não estavam sinalizadas de forma adequada.

Dos 109 trechos analisados ainda pela CNT, continuou o senador, apenas 25 se encontravam em bom ou ótimo estado e, dentre os ótimos, apenas uma rodovia federal, a Via Dutra. Os demais 84 trechos pesquisados foram qualificados como deficientes, ruins ou péssimos.

Diante desse quadro, Papaléo considera não ser motivo de espanto o fato de a Associação Nacional de Empresas de Transporte de Cargas estimar um aumento de 40% do custo operacional dos caminhões de carga.

– Esse custo suplementar é repassado aos clientes, encarecendo o produto final e retirando sua competitividade internacional – argumentou o senador.

A deficiência das estradas federais também influencia o nível de criminalidade. Segundo o senador, entre 1994 e 2001 houve aumento de mais de 200% no número de roubo de cargas, com registro de 8 mil casos naquele período e perda de R\$ 500 milhões.

Papaléo Paes ressaltou que os custos referentes a medidas de segurança correspondem a 15% do valor do frete, acentuando a perda de competitividade dos produtos brasileiros.



**PERSPECTIVA** Ideli prevê que recursos de até R\$ 3 bi serão incorporados ao Orçamento de 2005 até dezembro próximo

## Ideli anuncia recursos para Ministério dos Transportes

O governo federal já conta como certa uma injeção de R\$ 2 bilhões a R\$ 3 bilhões no seu orçamento para 2005 em investimentos em infra-estrutura, que serão retirados do cálculo do superávit, informou a líder do PT no Senado, Ideli Salvatti (SC). Ela acrescentou que o Ministério dos Transportes será um dos mais beneficiados, com recursos da ordem de R\$ 3,5 bilhões, a serem aplicados principalmente na revitalização das rodovias.

Ideli Salvatti ressaltou, entretanto, que esses investimentos não deverão constar ainda da proposta do Orçamento Geral da União, a ser enviada hoje ao Congresso. Mas a perspectiva, segundo ela, é de que até dezembro os recursos sejam incluídos no Orçamento de 2005.

A senadora por Santa Catarina também destacou a queda, pelo terceiro mês consecutivo, da taxa de desemprego em São Paulo, de 19,1% para 18,5%, bem como o superávit registrado nas transações correntes do balanço de pagamento, que, observou, fecharam o mês de julho com US\$ 1,8 bilhão, acima do projetado, que era de US\$ 1,1 bilhão.

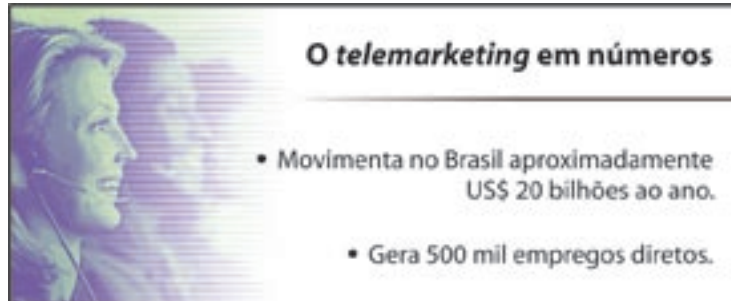
Ideli Salvatti enalteceu ainda a aprovação, pelo Banco Mundial, de um empréstimo no valor de US\$ 505 milhões, a ser aplicado nas políticas de sustentabilidade ambiental no Brasil, como o gerenciamento ambiental do setor público. O empréstimo, conforme informou, é o primeiro de um programa de três financiamentos, totalizando US\$ 1,3 bilhão.

# Roseana sugere regras para venda por telefone

Objetivo de proposta da senadora é coibir a prática de fraudes e abusos no setor de *telemarketing*

Com o objetivo de coibir fraudes e abusos no setor, que tem observado grande crescimento nos últimos anos, a senadora Roseana Sarney (PFL-MA) apresentou projeto regulamentando as práticas de *telemarketing* e criando um Registro Nacional de Chamadas. Segundo dados que acompanham a proposta, a atividade movimentada no Brasil aproximadamente US\$ 20 bilhões ao ano e gera 500 mil empregos diretos.

De acordo com a proposta (PLS 243/04), as empresas que operam com *telemarketing* deverão informar os preços, taxas e condições de pagamento incluídos em suas ofertas de vendas, além de prazos de entrega e fatores que poderão acarretar aumento dos custos para o consumidor. Além de outras garantias, os bens e pro-



duto ofertados devem atender às disposições do Código de Defesa do Consumidor.

Outra preocupação de Roseana é com relação à privacidade do consumidor. Pelas regras que ela pretende estabelecer, as empresas que fizerem ofertas de fornecimento automático de bens e serviços necessitarão de consentimento prévio do consumidor quanto ao termo inicial e às condições de cancelamento. Outra restrição é quanto ao horário das chamadas, que só poderão ser feitas das 8h às 18h30, de segunda a sábado.

– O projeto não almeja proibir nem dificultar o exercício da atividade. Anseia, ao contrário, criar um ambiente seguro e harmônico para o seu



**GARANTIA** Proposta de Roseana visa assegurar inviolabilidade da intimidade e da vida privada

desenvolvimento e conferir meios legais que assegurem a garantia constitucional na inviolabilidade da intimidade e da vida privada – esclarece a senadora.

## Paim propõe mudança em contribuição

O senador Paulo Paim (PT-RS) apresentou projeto que dá o passo inicial para substituir a contribuição previdenciária sobre os salários por uma cobrança sobre a receita bruta das empresas, como estabelece a Emenda Constitucional 42. Para evitar quedas bruscas na arrecadação, o projeto determina que a alteração será lenta, permitindo possíveis correções de rumo.

O objetivo geral é reduzir o peso da contribuição previdenciária sobre as empresas que empregam intensamente mão-de-obra, abrindo espaço para aumento de competitividade e até de reajustes salariais, sem perda de arrecadação. Assim, numa primeira fase, os 20% que as empresas pagam sobre salários cairiam para 15%. No entanto, os 5% sobre a folha de salários se-

riam substituídos por uma contribuição de 2,5% sobre suas receitas brutas – as empresas exportadoras recolheriam apenas 1%.

Paim explica que esses percentuais não são definitivos, pois o aprofundamento da discussão, com a apresentação de dados do governo, pode levar a uma mudança. Para ele, é importante iniciar a discussão do assunto na Comissão de Assuntos Econômicos do Senado, onde já se encontra o projeto (PLS 205/04).

Como a Contribuição para o Financiamento da Seguridade Social (Cofins) incide sobre o faturamento e o lucro das empresas (no geral de 3% a 7,6%), Paim propõe que a nova alíquota da Previdência, que passará a se chamar Contribuição Substitutiva para a Previdência Social (CSPS),

recaia sobre a receita bruta.

O projeto determina que a nova contribuição será toda arrecadada e administrada pela Previdência Social, impedindo que a Receita Federal participe do processo, o que daria chances ao Ministério da Fazenda de usar parte dessa arrecadação em outras áreas.

Paim afirma que, pela participação atual da Receita Federal na arrecadação da Cofins, a seguridade social (Saúde e Previdência) não recebe todo o dinheiro dessa taxa. Conforme números do Ministério da Fazenda, citados pelo senador, em 2002, o governo arrecadou R\$ 45,6 bilhões com a Cofins, mas reteve no Tesouro R\$ 10,9 bilhões e ainda repassou a outros órgãos R\$ 11,8 bilhões. Ou seja, a seguridade só recebeu metade da arrecadação da Cofins.

## Projeto de Simon reduz chances para prescrição

Proposta de iniciativa do senador Pedro Simon (PMDB-RS) altera o Código Penal para estabelecer que o prazo de prescrição de um crime não possa mais ser contado a partir de data anterior à do recebimento da denúncia ou queixa pela Justiça. Prescrição é a forma pela qual se extingue a punibilidade, por não haver o Estado exercido em tempo seu direito de ação, ou por não ter executado a condenação imposta.

Pela legislação, o prazo para prescrição começa a correr na data da prática do crime. Dessa forma, em alguns casos, dada a morosidade da Justiça, a punibilidade extingue-se antes de transitada em julgado a sentença. Na prática, argumenta Simon, a lei acaba favorecendo a delinquência.

No entender do parlamentar, quando a lei penal permite que a prescrição criminal tenha por termo inicial data anterior ao recebimento da denúncia ou queixa, cria “um injustificável



**LEI PENAL** Pedro Simon adverte que dispositivo atual resulta em privilégio para o delinquente

privilégio em benefício dos delinquentes”. Com esse projeto, ele tenta dificultar a impunidade e criar instrumento moralizador da justiça penal.

– Como bem salientam alguns membros do Ministério Público, o Estado, de um lado, arma um enorme aparato repressor da delinquência e, de outro, cria norma excepcional para facilitar a ineficácia da lei – diz o senador na justificativa do projeto.

Para Simon, “esse artifício legal tem o propósito de favorecer os delinquentes que, patrocinados por hábeis advogados, conseguem prolongar o andamento do processo, recorrendo a todo tipo de expediente, por vezes até ilícito”.



**ALTERAÇÃO** Demostenes defende o fim de práticas que visam atrasar andamento dos processos penais

## Demostenes quer impedir artifícios na apelação

Por meio de projeto de lei que modifica o Código de Processo Penal, o senador Demostenes Torres (PFL-GO) pretende impedir que o apelante apresente as razões do recurso de apelação contra sentença judicial na instância superior. Pela proposta, o parlamentar sugere a revogação do pará-

grafo 4º do art. 600 do código, com o argumento de que essa prerrogativa tornou-se meio de atrasar a conclusão dos processos penais e “aumentar as possibilidades do réu de ver extinta a pretensão punitiva do Estado, por meio da prescrição”.

O projeto tramita em caráter terminativo na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), onde aguarda parecer do senador João Batista Motta (PMDB-ES).

Demostenes explica, na justificativa, que a possibilidade de apelar em instância superior foi adotada tendo em vista réus que viviam em municípios do interior e precisavam manter advogados nas capitais dos estados. Com isso, esses advogados foram dispensados “da incumbência de se deslocar para comarcas do interior para analisar o processo e, assim, apresentarem as razões da apelação contra a sentença prolatada”.

O parlamentar adverte ainda para o fato de que o atraso no andamento do processo criminal pode ser prejudicial ao réu, quando ele está preso.